



SECRETARIA DE **NEGÓCIOS JURÍDICOS**

Fls: Nº_	ノン
Proc: Nº_	16/2021

MENSAGEM VETO Nº 09/21

Barueri, 23 de junho de 2021.

Senhor Presidente,

Sirvo-me do presente para informar a essa Egrégia Câmara, por intermédio de Vossa Excelência, que, analisando o Projeto de Lei nº 48/2021, referente ao Autógrafo de Lei nº 48/2021, e usando da prerrogativa que me é conferida pelo art. 64, §1º, da Lei Orgânica do Município de Barueri, resolvi vetálo, em sua íntegra, pelos motivos a seguir mencionados.

Cuida-se de Projeto de Lei de iniciativa dessa Colenda Câmara, que dispõe sobre a colocação de telas de proteção contra quedas em áreas de convivência, nos casos e locais que especifica, para fins de segurança.

Não se pode olvidar que a medida tem nobres e meritórios propósitos quanto à finalidade, imiscuída do espírito de proteger usuários de estabelecimentos que possuem áreas de convivência.

Ocorre que se mostra forçoso o reconhecimento de sua inconstitucionalidade, a merecer veto político-jurídico.

Nota-se que a presente propositura haveria de ser incluída no Código de Edificações do Município de Barueri, com a regulamentação de condições técnicas de instalação, a qualidade e durabilidade dos materiais, a oneração dos empreendimentos e a imputação de competências para a fiscalização da lei, elementos ausentes na lei que implica sua inadequação.

Outrossim, depreende-se que a regra diferencia as entidades destinatárias da norma de maneira injustificada, pelo que incluí apenas as escolas privadas, excluindo-se do campo de incidência normativa, sem justificativa, as escolas públicas.

Sem prejuízo, cumpre assinalar que o conteúdo do projeto não diferencia novos empreendimentos dos já existentes, de maneira que o alcance

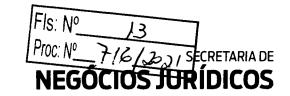
Rua Prof. João da Matta e Luz, 84 CEP 06401-110 - Centro - Barueri - SP

juridico@barueri.sp.gov.br

Fone: 11 4199-8000







pretendido irradia efeitos a todos indistintamente, elemento que se demonstra desarrazoado.

Adiante, convém registrar que a matéria ora regulada, por se tratar de normas sobre segurança edilícia, constitui objeto do Código de Obras, razão pela qual a propositura viola o inciso II do artigo 59 da Lei Orgânica do Município de Barueri, revelando-se a inconstitucionalidade formal. Nesse sentido, o teor do artigo citado:

Art. 59. Serão objeto de leis complementares, dentre outras previstas nesta Lei Orgânica: (...) II - Código de Obras;

Por fim, há entendimento jurisprudencial que indica pela ofensa aos princípios da livre iniciativa e livre concorrência (TJDF - ADI 0014576-41.2014.8.07.0000), condição reveladora da inconstitucionalidade material.

Em face do exposto, embora com o propósito louvável, razões ligadas à contrariedade ao interesse público e ao aspecto jurídico levam-me a negar sanção ao mencionado Projeto de Lei nº 48/2021, vetando-o na íntegra. Isto posto, devolvo a essa Egrégia Câmara a medida proposta, para nova deliberação e votação, na forma e no prazo da lei.

Valho-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência e a seus Nobres Pares meus protestos de apreço e distinta considera CHIES MAICIPAL OF SPACE INCLUÍR NA DROEM DO DIA. Câmara Municipal de Barueri Extrair cópia residente RUBENS\FURLAN Prefeito Municipal unicipal de Barueri 29-JUH-2021 08:28 0:01:958 2/2 dunicipal de Barueri المدحد WON! Presidente Excelentíssimo Senhor ANTONIO FURLAN FILHO Presidente da Câmara Municipal de BARUERI

👸 Rua Prof. João da Matta e Luz, 84 😘 CEP 06401-110 - Centro - Barueri - SP

🗽 juridico@barueri.sp.gov.br

Fone: 11 4199-8000

